

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos Cadernos do CEAS n.º 56, jul.-ago. 1978)

1. UM NOVO DESPERTAR

"Do Amazonas ao Rio Grande do Sul vêm sendo criadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). De uma região para outra, elas variam muito em suas fórmulas, aspectos, condições. Mas todas estruturam-se dentro de um mesmo princípio filosófico: inspiradas no Concílio Vaticano II, defendem a libertação do homem por seu próprio esforço. Acusadas de comunistas ou subversivas, as Comunidades de Base têm como uma de suas principais funções o desenvolvimento da consciência política - apartidária e não ideológica - e o despertar do povo para seus direitos. Com isso, desencadeiam um processo de reflexão crítica sobre a realidade dos problemas locais e as causas dessas realidades". Com tais palavras o *Jornal do Brasil* (14/05/78) introduzia uma matéria sobre as Comunidades Eclesiais de Base. O fenômeno parece ter-se ampliado a tal ponto que chega a ter uma ressonância política, sendo que MDB e ARENA estão preocupados com as mudanças verificadas em suas bases populares.

Há anos no Brasil fala-se em Comunidades Eclesiais de Base como uma das esperanças de renovação eclesial. O processo começou no início da década dos 60, impulsionado oficialmente pela orientação da CNBB através de seu *Plano de Emergência e do Plano de Pastoral de Conjunto*. Sem dúvida, dentro do clima de renovação suscitado pelo Concílio Vaticano II, contribuíram para isso movimentos como o Mundo Melhor, a Ação Católica Especializada, a renovação catequética, etc., mas sobretudo a exigência da situação concreta da falta de padres, tradicionais líderes das comunidades cristãs, que obrigava a tentar soluções novas. Não devemos esquecer os motivos mais estruturais: a mudança histórica da sociedade, novas condições de vida, a ascensão das classes populares, etc., colocando novas exigências para a igreja.

O ponto de partida foi bastante eclesial: "Na situação brasileira, as paróquias, no seu estado atual, não têm condições de se constituírem nestas comunidades vivas, missionárias e educadoras da fé".

Atualmente estamos numa fase de um certo amadurecimento, podendo contar já com uma experiência de anos, com uma história de tentativas, fracassos, sucessos e descobertas; história e experiência que permitiram a realização em Vitória do Espírito Santo e em João Pessoa de três grandes encontros de representantes de CEBs, comparados com os Sínodos da Igreja primitiva. O primeiro realizou-se de 6 a 8 de janeiro de 1975 com a participação de representantes de comunidades do Brasil inteiro; o segundo teve lugar de 29 de julho a 01 de agosto de 1976, com a presença de representantes e membros de 24 igrejas do Brasil, localizados em 17 estados, num total de quase 100 pessoas, entre leigos, religiosos, padres e bispos; também estiveram presentes representantes de outros países da América Latina e da Europa.

O terceiro acaba de realizar-se de 19 a 23 de julho em João Pessoa depois de uma preparação prévia e demorada, feita por leigos nas várias regiões do país, escolhendo as experiências mais críticas. Mais que nos primeiros dois, neste encontro esteve presente a

situação de vida concreta das camadas populares: problema de terra, custo de vida, bóias-frias, loteamentos clandestinos, etc.

Devemos reconhecer que hoje, no Brasil, no âmbito das classes populares existe uma grande riqueza de tentativas de renovação eclesial, sob o nome de Comunidade Eclesial de Base, não sempre explicitamente aceito e utilizado. Há também uma literatura incipiente, que já pode oferecer amplo material de consulta

Em primeiro lugar, os inúmeros relatórios das comunidades, descrevendo sua história, seu começo sua evolução, dificuldades, descobertas, realizações, etc. É um material vivo, preocupado em contar o que de fato acontece, de maneira simples e descritiva, elaborado na maioria das vezes por agentes de pastoral, mas também por membros das comunidades até em versos.

Secundariamente, existem estudos, que vão se multiplicando, com as primeiras pesquisas e reflexões teóricas, feitos por pessoas que acompanham de perto o crescimento das comunidades. Lembramos sobretudo os estudos promovidos pela CNBB e pelo CERIS e as análises dos peritos dos dois encontros de Vitória.

Apesar de tais estudos, não é fácil ter um quadro bastante objetivo da situação da CEBs, pois estamos diante de uma realidade muito diversificada, seja considerando as experiências concretas seja analisando as várias interpretações já esboçadas. Mesmo ficando no âmbito das camadas populares - uma igreja que nasce do povo - atrás da palavra CEB encontramos estruturas e orientações bem diferentes, algumas vezes a palavra querendo indicar uma renovação mais profunda, um conteúdo verdadeiramente novo, outras vezes simplesmente acompanhando a moda teológico-pastoral e encobrendo o conteúdo de sempre - rótulo novo em garrafa velha. A tal ponto que hoje o termo CEB não é discriminatório de uma tendência renovadora na igreja brasileira mas se deixa perpassar pelas várias orientações que diversificam as atuais tendências dentro da igreja. Há também variedade de análise segundo os diferentes pontos de vista dos autores. Pode ajudar e enriquecer a compreensão das experiências, mas também não sempre contribui para discernir o mais válido e importante do esforço de renovação.

Trata-se de um **processo em andamento**, por isso mesmo toma-se difícil ou até impossível - uma sistematização. Também podem ser perigosas, por que demasiadamente apressadas, certas afirmações. Contudo, diante dos resultados obtidos até hoje e das análises feitas, é sempre possível e necessário dizer algo, não só para reconhecer os sucessos, mas também para apontar as ambigüidades e os riscos que podem existir.

É o objetivo destas breves linhas, elaboradas a partir **do ponto de vista da "justiça social", considerado não como particular e secundário, mas como o ponto de vista central da bíblia**, particularmente dos profetas e do Novo Testamento. Para os profetas há uma estreita relação entre a fé pura em javé e a justiça social. No esforço de renovação de Israel o protesto social dos profetas nasce de sua consciência religiosa e, ao contrário, a verdade da consciência religiosa é vista na realização da justiça social. Tal critério deve nortear, hoje também, o esforço de renovação da igreja, evitando o perigo de absolutizarmos outros fatores, como por exemplo a "comunidade" ou o "culto". Tudo isso é conforme à orientação do episcopado da América Latina, expressa

nos documentos de Medellín, onde - sem dúvida - o problema da justiça social é um problema central e ponto de referência ao tratar dos diferentes assuntos.

2. OS ELEMENTOS EMERGENTES

Ao considerarmos a nova prática eclesial não é difícil individuar as características principais das CEBs, aqueles elementos que são mais considerados e sobre os quais os mesmos interessados voltam com maior insistência.

2.1. O “Comunitário”

"O povo se reúne uma vez por semana em grupos de 20 a 30 pessoas nos diferentes pontos do bairro". É a descrição que se encontra num relatório de uma comunidade; é também o que se passa na maioria dos casos. As pessoas se reúnem. A partir de uma mesma realidade territorial, de uma situação de vizinhança, ou a partir de interesses comuns, formam-se grupos os mais variados possíveis. Grupos de evangelho, grupos de culto, grupos para a preparação dos sacramentos, grupos de promoção humana, grupos de adultos, grupos de capelas, grupos de cooperativas de vários tipos, etc.

Deixamos de lado a diferente utilização do termo "comunidade" empregado, sem dúvida, com grande frequência e para indicar realidades muitas vezes entre si diferentes; também não pretendemos considerar a distinção sociológica entre grupo e comunidade, nem a utilização teológica do termo. Constatamos este encontro de pessoas, desde a simples visita até uma reunião bastante ampla, mas sempre permitindo o que os sociólogos chamam de relações primárias. (relações face a face).

Habitualmente trata-se de pequenos grupos, onde as pessoas se conhecem entre si, podem participar com facilidade, colocar seus próprios problemas, realizar um ambiente de fraternidade, de auxílio mútuo, de comunhão de ideais.

Tal encontro representa uma certa novidade, desencadeia um certo dinamismo, abre perspectivas e possibilidades. Significa **uma reação contra uma igreja anônima e alienante**, onde prevalece a estrutura das normas, do culto, da hierarquia.

Sem dúvida, tal multiplicar-se de grupos acompanha o mesmo fenômeno presente na sociedade hodierna: o surgimento de grupos onde as pessoas se conhecem, têm um rosto, podem ser aceitas, para reagir contra o anonimato imposto pela atual organização do convívio humano. Pode representar também um elemento importante no esforço de renovação da igreja e de evangelização, pois a salvação se apresenta como "encontro", "comunicação", "aceitação dos outros", "comunhão". Tudo aquilo que favorece a "comunhão" entre os homens deve ser perseguido e realizado.

Aqui está também o limite ou o risco do aspecto "comunitário". Aparece na medida em que a comunidade se organiza em oposição à sociedade e o grupo de igreja se constitui absolutizando, de alguma maneira, o elemento comunitário, fora de um contexto de realidade, procurando um diálogo e uma paz muito interna, esquecendo-se dos problemas e dos conflitos do conjunto da sociedade. É o perigo muito real de transformar-se em seita no duplice sentido de seguir um ideal interno e de separar-se do ambiente externo. É o tal de "fechamento" advertido em muitas experiências.

É interessante notar como em quase todos os relatórios das CEBs se insista sobre o risco do fechamento e se apele para a abertura. Há uma clara percepção deste problema; talvez não exista uma igualmente clara visão das causas que podem estar na origem do fechamento. Colocam-se determinadas premissas que quase inevitavelmente levam àquilo que não se quer e se condena.

Ocorre que, de início há uma visão de sociedade - pretensamente cristã - que leva a não considerar os conflitos, a desprezar as tensões, a ignorar as forças de poder que operam divisões e opressões. Como consequência, é fácil pensar na solução comunitária como uma ilha de paz, modelo de uma sociedade cristã sem conflitos. Tal orientação separa a comunidade da sociedade e a torna necessariamente fechada.

Outra orientação consiste em pensar a comunidade como um atendimento a necessidades internas e não como serviço ao mundo. Não deveria haver oposição entre os dois aspectos. De fato é muito fácil que se crie uma separação na medida em que se considerem prioritariamente as necessidades internas do grupo, religiosas ou sociais, em lugar de pensar o trabalho e a organização a partir dos outros, das necessidades da maioria, sobretudo da necessidade de solidariedade com os mais fracos. Este é o caminho mais difícil, inclusive porque rompe com certas estruturas de identificação que podem dar maior segurança, a segurança da peculiaridade e do isolamento, em lugar da confiança no Espírito que leva a superar os limites do grupo fechado para abrir-se ao verdadeiro universalismo.

2.2. A “participação”

Ao considerarmos a renovação da igreja pelo aspecto comunitário, coloca-se como consequência o problema da participação de todos os membros. Neste sentido o termo "base" significa a base da igreja, a totalidade dos batizados habitualmente considerados como passivos frente à hierarquia (bispos, padres, religiosos). Vimos que - talvez por uma razão negativa: a escassez de padres - a hierarquia eclesiástica no Brasil foi obrigada a favorecer a responsabilidade de outros membros. A participação dos leigos é uma das características da experiência das CEBs.

Tal participação se exerce em vários níveis e setores; no culto e na catequese, domínio próprio dos padres; nas obras de caráter promocional; na reflexão e nas tomadas de decisão. Todos falam, manifestam seu parecer, participam das decisões, assumem funções... Particularmente considerado e debatido é o problema dos novos ministérios, não somente entendido como substituição dos padres, mas sobretudo como expressão de novos serviços a serem assumidos segundo as novas necessidades.

Há comunidades - até inteiras dioceses - onde os leigos estão assumindo uma responsabilidade efetiva na orientação da pastoral, ajudando a desclericalização da igreja e contribuindo para uma maior inserção no mundo. Sobretudo quando se abrem espaços para o crescimento das classes populares, a igreja consegue renovar-se profundamente, descobre seu comprometimento com o poder e tem maiores possibilidades de prestar um serviço eficaz para toda a sociedade.

Verifica-se um processo de **democratização interna** bastante promissor, porque na medida em que se afirma, obrigará a autoridade a abandonar um certo exercício do poder para assumir uma função mais de serviço e a comunidade eclesial transformar-se-á num conjunto de fiéis mais conscientes e participantes. Tudo isso poderá ter um reflexo na atual sociedade brasileira, capitalista e autoritária, onde as classes populares são privadas da participação econômica e política. Isso só é possível, evidentemente, a partir de uma efetiva democratização interna e de uma abertura da comunidade à problemática mais ampla da sociedade. Como vimos na introdução, já constatamos alguns resultados na prática.

Se está tomando forma uma igreja que nasce **com o povo**, uma igreja mais de **base**, não faltam perplexidades e reservas quanto ao problema da efetiva democratização. Constatamos em vários casos um real assumir da base que adquire poder e consegue adaptar e mudar a orientação pastoral. Ao contrário, muitas vezes a mudança é só aparente e a participação é mais nominal ou formal em lugar de atingir o conteúdo. É fácil, apesar de certos mecanismos novos e aparentemente democráticos, que os leigos entrem no esquema do padre, ficando este sempre o dono da bola. No cumprimento das novas funções procura-se imitar o modelo do padre, verificando-se o tal fenômeno dos "mini-padres", isto é, de leigos que, em lugar de expressar uma dinâmica nova mais própria deles, continuam no esquema eclesial, preocupados em materialmente substituir o padre. Neste caso, não somente o poder fica com os padres, mas sobretudo não se modifica a estrutura da pastoral, o trabalho continua como antes e mais dificilmente se abre ao social. Também do lado dos agentes de pastoral que querem uma efetiva participação do povo, muitas vezes é fácil projetar valores e aspirações sobre o povo e depois colhê-las como se fossem do povo.

Sem dúvida nenhuma o processo é ainda muito inicial e não permite fáceis ilusões. No nível mais de base é possível ver uma maior participação dos fiéis. Mas o processo de democratização não consegue tão facilmente atingir os escalões superiores. Qual é a participação do povo na orientação da pastoral de conjunto? Qual sua influência na escolha de bispos mais populares? Qual seu peso em contaminar a própria doutrina social da igreja com casos e posições concretas? Qual sua contribuição e presença na próxima Assembléia dos Bispos de América Latina em Puebla?

A problemática da participação ou da democratização sofre outro impasse: o risco de ser excessivamente valorizado, de ser considerada como a tensão mais importante, em lugar de abrir - como preocupação fundamental - o conjunto da comunidade eclesial para a dinâmica da sociedade como tal. Existe, de fato, a contradição entre o povo e os agentes de pastoral que habitualmente vêm de fora, possuindo outra cultura, outros meios e outras necessidades. Mas tal oposição não deve ser radicalizada sob pena de ficarmos sempre mais presos nela. Toda a comunidade - agentes e base - deve considerar fundamentalmente o que se passa ao seu redor, os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, as contradições que a sociedade como tal vive e que atingem a mesma comunidade e constituem um apelo para ela. "O Grupo começou a caminhar, quando percebeu que numa fazenda o reideiro proibiu os moradores fazerem seu roçado...", se afirma no relatório de uma CEB. É também a história de muitos CEBs, que começam, ou saem de uma certa inércia, exatamente quando se abrem à problemática externa. Nesta linha é mais fácil resolver também a tensão interna, pois

mais que focalizar o agente de pastoral enquanto tal todo o grupo fica comprometido e silo oferecidas possibilidades concretas de participação.

2.3. O "povo"

Talvez seja o critério principal considerado por todos. "A igreja que nasce do povo", assim foi caracterizado o primeiro encontro nacional das CEBs em Vitória (6-8.01.78). "Que o povo veja com os próprios olhos, pense com a própria cabeça, fale com a própria boca, ande com os próprios pés". Esta é uma das definições de CEB encontrada em Pernambuco.

A palavra "povo" está continuamente presente seja para indicar quem são os membros destas comunidades de igreja seja para indicar a perspectiva desta renovação eclesial.

As CEBs desenvolvem-se habitualmente entre as camadas populares. Formam-se sobretudo na zona rural, ao redor das capelas, incluindo pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores rurais. Multiplicam-se também nas periferias das cidades grandes e médias, com maior dificuldade do que no interior, atingindo moradores de bairros pobres. Ao querer caracterizar melhor a palavra "povo", constatamos que se trata de categorias marginalizadas na sociedade atual, das grandes massas exploradas que sustentam o peso do trabalho e dos serviços. Utilizando outra palavra bastante genérica, trata-se do **povo "pobre", dos pobres que constituem a imensa maioria da população**. Trabalho de CEB significa "em obediência ao evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica numa clara opção pelos oprimidos" (Conclusões do I Encontro de Vitória) ..

Redescobre-se aqui o **critério evangélico fundamental do trabalho de Jesus Cristo e da Igreja: "anunciar aos pobres a Boa Notícia"**. Deve-se constatar que muitos agentes de pastoral, padres, freiras, leigos, deixaram determinado trabalho mais ligado à classe média ou à classe burguesa, para tomarem-se presentes - de forma diferente - entre as classes populares. Nesse meio, particularmente no interior, multiplicaram-se as comunidades, os grupos, as iniciativas. A problemática que diretamente atinge as camadas populares foi entrando sempre mais na atenção da igreja e dos planos de pastoral.

Não só isso. Igreja do "povo" significa também que o povo se torna ponto de referência de toda a pastoral. É critério fundamental para avaliar a orientação e a eficácia do trabalho. Considera-se a presença do povo, o que ele afirma, suas decisões; ponto de partida básico são as necessidades do povo e suas aspirações; o trabalho educativo consiste em proporcionar um espaço para que o povo possa manifestar sua consciência e encontrar seus caminhos.

É inútil reconhecer a importância desta orientação. Pode-se constatar na prática quanto se demonstrou fecunda, seja para uma renovação da igreja, seja para um efetivo serviço ao povo. Trata-se de pôr em prática uma exigência evangélica claramente expressa por Jesus através de seu exemplo e de suas palavras. Doutro lado, também numa perspectiva sócio-política, **uma sociedade mais justa poderá aparecer na medida em que as classes populares, atualmente marginalizadas, puderem afirmar seus direitos e sua participação**.

Na prática, a realidade nem sempre corresponde às palavras. As mesmas palavras, permanecendo genéricas podem esconder conteúdos diferentes. É sempre necessário determinar melhor a palavra "povo". De quem se trata em concreto?

Já dissemos que prevalecem as comunidades rurais. Por quê? Talvez por uma facilidade da estrutura tradicional da igreja - a paróquia, de base geográfica - de estar presente entre os camponeses. Nem sempre as diferentes categorias (assalariados, posseiros, arrendatários...), são identificadas e isso significa que as situações concretas de opressão e de injustiça não são reveladas. Pode acontecer que a renovação se reduza a uma certa modernização das formas religiosas e a uma maior participação dos camponeses, sem contudo significar um caminho novo de libertação, por ficarem encoberidos os mecanismos de dominação presentes no campo, com os quais muitas vezes a igreja ficou solidária.

Na cidade a situação é bem mais complexa. Aqui as comunidades populares têm mais dificuldades. Muitas vezes prevalecem as mulheres, enquanto os homens ficam ausentes. Muitos grupos e categorias sociais não são atingidos. É sobretudo na cidade que se multiplicam as camadas sociais e as relações de trabalho; ora, acontece que, particularmente na cidade, o "povo" fica mais indiferenciado. Há maior facilidade em atingir o povo enquanto formado por moradores de bairro. Neste caso, os problemas considerados, habitualmente, são as necessidades como aparecem ao nível do bairro. Mas já assistimos a movimentos que enfrentam, problemas mais amplos e fundamentais como o "custo de vida". Mais difícil é atingir as diferentes categorias com suas necessidades. Os operários, os funcionários públicos, os biscateiros, etc., que constituem grande parte da classe popular, não são suficientemente considerados e não têm um espaço próprio nas comunidades. O "trabalho", enquanto tal, ainda não tem um grande peso. Aqui também significa estar por fora de uma engrenagem fundamental da sociedade e, em consequência, de uma situação de injustiça e opressão.

Ficaria para ser questionado o valor dado ao povo como critério fundamental da pastoral. O problema é muito complexo e nos propomos de retomá-lo brevemente mais adiante.

2.4. A "bíblia"

A bíblia, e mais em particular o evangelho, é ponto de referência bastante central nas CEBs. Quase sempre o evangelho está presente e se constitui como força dinamizadora e libertadora. É utilizado não somente em círculos bíblicos, mas em muitas outras reuniões, encontros, cultos, ou lido pessoalmente.

A redescoberta da bíblia não é fato novo no campo católico. Faz tempo fala-se de movimento bíblico, a catequese e a teologia renovaram-se voltando à fonte da bíblia e entre os leigos os vários movimentos de Ação Católica contribuíram muito para um acesso direto à Sagrada Escritura. A novidade atual é que este fato se popularizou. O povo manuseia a bíblia. Tal atitude era até pouco característica das igrejas evangélicas. Hoje entrou nas comunidades católicas. O evangelho está presente nas comunidades: é lido, comentado por todos, diretamente relacionado com a vida. Às vezes certos roteiros, pequenas introduções ou comentários podem ajudar. Mas não se elimina o

contato imediato com a página sagrada. O que impressiona é tal utilização direta. Fato que não deixa de suscitar vários questionamentos.

É justo, em primeiro lugar, constatar a eficácia da palavra do evangelho. Abre horizontes, entusiasma, compromete. Questiona certo tipo de sacramentalização e de catequese, muitas vezes reduzidas a um rito ou a esquemas muito moralistas, e revela mais diretamente a pessoa de Jesus e o conteúdo muito humano da salvação.

Mas fica o problema da interpretação. No extremo, acontece que o grupo reunido pode ouvir a página do evangelho sem entender muito. Habitualmente fica-se numa interpretação muito literal. Sem dúvida, o povo das CEBs tem o critério fundamental para a interpretação da bíblia: o "lugar" que ocupa na sociedade. Devemos lembrar que a compreensão da palavra de Deus não é reservada aos sábios do mundo, mas aos pobres, aos oprimidos, àqueles que lutam pela justiça. As CEBs no Brasil desenvolvem-se sobretudo entre categorias sociais marginalizadas na atual sociedade.

A partir desta "situação" há maior disponibilidade e capacidade para entender o evangelho. Contudo, é necessário pôr ao serviço da interpretação popular a ciência exegética. Não é tarefa fácil, pois esta última adquiriu uma tal complexidade e as contribuições científicas estão tão longe do alcance das pessoas simples que se criou um verdadeiro dualismo entre a leitura que o povo faz da bíblia e as considerações dos estudiosos. Há muito trabalho a ser feito para que o povo não fique somente com interpretações bastante "piedosas", mas que estão longe seja da realidade vivida seja do verdadeiro conteúdo bíblico.

Nesta mesma perspectiva insere-se o problema da relação entre evangelho e realidade, uma das preocupações principais das CEBs. É inútil dizer que um apressado paralelismo entre um fato do evangelho e um fato da vida, em lugar de ajudar, pode aprisionar o grupo e afastá-lo mais da realidade e da ação a ser desenvolvida. Muitas vezes acontece que, depois de uma rápida apresentação de um fato de vida, logo se procure no evangelho algo semelhante para tirar conclusões práticas, sem por isso poder aprofundar o fato e analisá-lo em sua dimensão própria.

É fácil então ficar no superficialismo do evangelho e da realidade. É necessário descobrir como é mais bíblico uma menor utilização da página escrita para poder aprofundar um problema humano em todas as suas dimensões. A bíblia não é um manual de análise de realidade nem aponta normas concretas de ação. Ela é basicamente um apelo, na lembrança de acontecimentos históricos que têm como centro a vida de Jesus Cristo, para uma conversão nossa e um compromisso em favor dos irmãos, e para sabermos reconhecer e confiar na bondade de Deus Pai presente na história. É um apelo para um ato de fé na história como história de salvação numa dimensão de doação e gratuidade. Ela mesma nos ensina a descobrir a palavra de Deus, encarnada e histórica, nos acontecimentos humanos. Por isso, o livro do evangelho, na sua letra, é insuficiente: é preciso reinseri-lo no fluxo da vida. Isso se dá quando a comunidade aprofunda os fatos humanos com os recursos que tem. A análise da realidade e as ações conseqüentes devem ser descobertas pelo grupo, comprometido com o que se passa hoje na sociedade.

2.5. A "libertação"

Esta palavra é muito usada e não sempre esclarece, porque - ela também - é ampla e é usada para indicar processos diferentes. Contudo, anda associada ao fenômeno das CEBs. Indica o objetivo do trabalho que as comunidades desenvolvem: pastoral libertadora, libertação do povo, dos oprimidos, dos marginalizados... **Fazer uma opção pelas CEBs, habitualmente significa fazer uma opção pela libertação dos oprimidos.**

Os elementos e critérios acima apontados para concretizar as CEBs são válidos e importantes. Devem ser considerados todos e relacionados entre si pois se completam. É lícito, porém, ter uma preferência e apontar o que achamos mais fundamental. Segundo a perspectiva aqui assumida, o determinante é o critério do "povo". Corrigindo algo, isto é, considerado em sua situação histórica concreta e em seu processo de libertação.

É fundamental para a pastoral das CEBs assumir a situação histórica concreta das camadas populares: definir as diferentes categorias, conhecer o sistema de exploração em que estão presas, considerar suas necessidades, seus direitos, contar com sua capacidade de reivindicação. Se não se fizer isso, as CEBs ficarão sempre numa certa ambigüidade, sem sabermos se representam um efetivo serviço ao povo; prevalecerá a linha paternalista e populista.

Falar de situação histórica concreta, significa considerar o povo dinamicamente, isto é, em seu processo de libertação. Significa saber descobrir as causas mais profundas as raízes da exploração; fazer aparecer os verdadeiros conflitos; saber relacionar as necessidades e os acontecimentos imediatos com o conjunto dos fenômenos e com a estrutura global da sociedade em seus vários níveis. Põe-se, necessariamente, o problema das estruturas, o problema do poder, o problema propriamente político.

Aqui encontramos grande dificuldade por parte das pessoas de igreja, sobretudo dos agentes de pastoral. Prevalece habitualmente uma perspectiva individualista e moralista. É mais fácil ficar no nível da consciência interior do que abrir para uma visão mais estrutural e objetiva. Daí, muitas vezes, a facilidade em repetir palavras genéricas: povo, libertação, pobres..., e a dificuldade grande de encaminhar ações concretas que considerem a problemática global e a necessidade de uma mudança da sociedade.

A opção pelos pobres das CEBs deve concretizar-se numa opção por uma ação libertadora que tenha como ponto de partida e de referência o concreto da dinâmica da sociedade como tal, suas forças econômicas, sociais e políticas, com seus conflitos e suas aberturas. Noutras palavras, o problema da mudança radical da sociedade.

Isso se dá nas CEBs, quando estas conseguem colocar como conteúdo de seu problema os problemas fundamentais da vida do povo: o emprego a terra, o custo de vida, as migrações, o salário, as condições de trabalho, a moradia, a educação, a saúde, o lixo, o transporte, a organização, a presença da repressão nas fábricas, nos bairros, e nos campos etc. E para fazer isso há necessidade de especificar, diversificar, abrir espaços para que cada categoria consiga colocar a própria situação e tenha tempo de aprofundá-la e de encaminhar ações conseqüentes. E deixar falar o povo sem deixá-lo enclausurar, na igreja, dentro de esquemas prematuramente religiosos ou eclesiais, que

são mais nossos e que, para impô-los, afirmamos que representam a fé profunda do povo.

Na prática constatamos um certo esvaziamento do trabalho de CEB quando não se abre a uma problemática mais concreta. Depois de um início animador ao redor dos temas religiosos, da bíblia, da vivência pessoal e da responsabilidade dada aos participantes, muitas vezes o grupo não evolui, entra num impasse e o dinamismo desaparece. Ao contrário, a temática concreta da vida do povo é fonte de contínua renovação. Muitas comunidades de base, que já estavam sofrendo um certo cansaço e não tinham novas perspectivas, receberam novo impulso, por exemplo, pela orientação da pastoral da terra ou da pastoral operária, preocupadas em colocar de saída os problemas da terra e do trabalho.

Tal perspectiva libertadora concreta é a mais fiel à orientação bíblia, é mais teológica. Não se trata, evidentemente, de as CEBs ficarem num nível puramente sócio-político. Enquanto igreja, elas têm outra missão específica. Mais adiante retomaremos o assunto. Trata-se de reconhecer qual o caminho da salvação em Jesus Cristo. A linha da encarnação, isto é, da presença no centro da humanidade, e do senio aos outros, preferencialmente aos pobres, perpassa toda a vida de Jesus e condiciona toda e qualquer palavra explícita sobre ele. O ato de fé, para ser tal, deve estar dentro de um contexto de justiça. Caso contrário é palavra vazia que não salva. A evangelização não é uma proclamação meramente verbal da mensagem, mas testemunho, isto é, verdade cumprida na ação. A igreja, que deve continuar a prática de Jesus, é chamada de instrumento de salvação universal, o que significa que sua identidade se descobre e se realiza na medida em que se abre à problemática do mundo, se coloca ao serviço dos homens, se solidariza com as classes populares, defende os oprimidos, os injustiçados, os pobres. Nisso proclama a bondade de Deus presente na história.

3. ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Não pretendemos fazer amplas análises. Somente apontar alguns problemas que são habitualmente considerados nas CEBs mais críticos e que são diferentemente encaminhados.

3.1. O dogma do “povo”

Vimos a importância do critério "povo" na pastoral das CEBs, seja enquanto elas são constituídas de pessoas pertencentes às camadas populares, seja enquanto a perspectiva popular influencia e orienta o trabalho. Na realidade, o povo não é um "critério", mas é o sujeito da história, é como tal - um absoluto ao serviço do qual todo o resto deve estar dedicado, religião e igreja também. Isso deve ser lembrado na hora em que avançamos algumas reflexões críticas sobre determinadas tendências presentes nas CEBs.

Devemos distinguir entre "povo" e sua expressão: sua consciência, sua linguagem, sua organização. A esse propósito, na prática e nas reflexões de teólogos e educadores, encontramos atualmente diferentes posições e uma discussão muito animada.

Simplificando bastante, as posições limites são duas. De um lado, aqueles que sacralizam o povo e toda e qualquer sua afirmação. Do outro, aqueles que,

reconhecendo a importância fundamental do povo, negam-lhe a capacidade de uma lúcida visão da realidade.

A primeira tendência é aquela que defende a não-intervenção nas comunidades, sobretudo de pessoas intelectuais. O que vale é somente o pensamento e a ação do povo. Chega-se ao ponto de afirmar que se deve apoiar o povo "mesmo quando não tem razão". Como uma vez se dependia dogmaticamente da palavra da autoridade eclesiástica, hoje se absolutiza a palavra do povo. Os agentes não intervêm, deixam falar o povo, aceitam qualquer decisão. Há uma grande valorização de tudo o que é popular, cultura, religião... e, do outro lado, uma desconfiança de tudo o que vem de fora do ambiente do povo. Tal tendência pode ser encontrada também em CEBs mais críticas e em agentes de pastoral com boa capacidade de análise.

A segunda tendência, mesmo respeitando a necessidade de o povo decidir, por constatar que a ideologia da classe dominante está presente na consciência dos dominados, afirma a incapacidade da consciência popular de ter uma visão correta da sociedade e realizar uma prática de transformação. Daí a necessidade da intervenção dos agentes de pastoral: são eles que irão fornecer uma visão mais crítica e mais científica, porque somente eles podem possuir a ciência. A consciência libertadora não é do povo e deve vir necessariamente de fora.

Assim formuladas, essas duas posições provavelmente não se encontram puras na prática. Contudo, são duas orientações presentes, em conflito entre si. Que dizer sobre isso?

Parece importante, em primeiro lugar, lembrar que, também neste assunto, é **a prática que irá apontando as soluções**, a depender dos resultados obtidos, e não a reflexão teórica no nosso nível. Esta não deixa de ser necessária dentro de seus limites. A relação entre agentes e povo deve ser avaliada, não tanto confrontando os dois pólos, quanto pelos sucessos ou insucessos da comunidade toda frente à situação social concreta com seus apelos para determinado engajamento.

É evidente que a consciência do povo é influenciada pela ideologia dominante. Essa influência existe, reconheçamos ou não, e condiciona toda e qualquer palavra e ação do povo. Isso porque também as classes oprimidas vivem na mesma e única sociedade opressora que elabora, e a torna presente em qualquer ambiente, sua ideologia justificadora. A periferia está ligada ao centro. A simples presença do agente, mesmo sem falar e procurando a maior identificação com o povo, é uma presença que condiciona. O agente não está presente só com sua intenção, mas carrega toda uma ligação com a estrutura de igreja da qual é representante. É necessário, por isso, não considerar acriticamente a linguagem e os símbolos que o povo usa, mas saber "interpretar" utilizando também os recursos das ciências sociais.

Reconhecido isso, ou melhor, exatamente guiados por tal análise questionadora, devemos negar que a consciência do povo seja simplesmente modelada pela ideologia dominante sem possibilidade de conter elementos próprios. Muitas vezes, também agentes de pastoral críticos se deixam contaminar pelos dois famosos preconceitos da elite: o povo é passivo, o povo é ignorante. A partir daí, numa conversão ao povo, afirma-se que ele deve participar, decidir, criar sua organização, mas se mantém sempre

a exclusividade da verdade quanto à visão científica da realidade e ao "como" se deve agir. Os modos de pensar e agir das classes populares não refletem apenas os conhecimentos e os valores dominantes na sociedade. **Seu saber e sua prática contém elementos de resistência e oposição à própria ideologia dominante.** A consciência do povo é lúcida: é consciência de classe dominada e, por isso, privilegiada para descobrir determinados mecanismos de opressão. Não se diz que a miséria é fonte de lucidez? Os opressores são levados continuamente a justificar-se, a mascarar, a cobrir a verdade utilizando até a ciência para isso. O povo é mais objetivo, mais verdadeiro e justo em suas análises. Com isso, não se quer negar que faltem ao povo determinados instrumentos científicos. Mas esses não são patrimônio exclusivos de alguns intelectuais e, sobretudo, devem sempre ser questionados e revistos a partir da sabedoria do povo.

Além disso, é importante lembrar aqui a distinção entre consciência e ação. Esta última não deriva automaticamente de uma criticidade de saber, mas deve considerar vários outros fatores, como o problema do poder, para viabilizar-se. Muitas vezes uma falta de determinadas ações por parte do povo não provém de pouca lucidez, ao contrário, é fruto de uma sabedoria que pesa as forças em campo.

Em conclusão, seria muito perigoso absolutizar uma das duas tendências. Os dois, agentes e povo, estão contaminados pela ideologia dominante e, no mesmo tempo, têm capacidade para pensar e atuar um caminho de libertação. Trata-se de pôr em comum as próprias capacidades para enfrentar as contradições da sociedade: papel do agente não é tanto ensinar ciência, mas criar um espaço de comunicação para que apareça sempre mais clara e eficazmente a consciência verdadeira do povo e sua experiência de resistência.

3.2. Reflexão e ação

A problemática da ação está muito presente nas preocupações das CEBs. Outro problema é saber o que se entenda por "ação" e sua eficácia. Podemos encontrar várias e diversificadas posições. O que mais prevalece, porém, ainda hoje, é o tempo dedicado à palavra e à reflexão. Não entendemos aqui a reflexão a partir e sobre uma prática, mas toda e qualquer atividade onde prevalece a palavra enquanto tal. Revela-se o nível ainda idealista em que estão muitas CEBs, apesar dos esforços feitos para atualizar o compromisso concreto pelos pobres. Há uma abundância de reuniões e encontros: para a liturgia, o aprofundamento da bíblia, a catequese, a preparação aos sacramentos, etc.

É verdade que o nível do discurso religioso, por si mesmo, é genérico e simbólico, e não pode concretizar-se numa ação sem ulteriores mediações. Sendo que as comunidades de base são eclesiais, tal nível deve ser respeitado e valorizado, sob pena de perdermos o sentido e a missão da igreja. As CEBs são lugares onde se explicita e se celebra a fé. Mas essa fé, já sabemos, deve ter um conteúdo visível de justiça e caridade que obriga, sob pena de não existir, a ações concretas.

Uma das dificuldades depende da visão demasiadamente interna e fechada das CEBs. Considera-se "ação" tudo o que se refere à estrutura interna: a entrada de novos membros, a formação dos mesmos, as celebrações litúrgicas, etc. Essa perspectiva, quando prevalece, fecha e não corresponde à verdadeira missão da igreja: o serviço ao

povo todo. Deve-se, então, pensar a ação para fora, a partir das CEBs abrindo-se à problemática da sociedade.

Outra dificuldade depende da errada utilização da bíblia ou de outros recursos teológicos, como acima apontávamos. O evangelho é revolucionário no sentido que respeita os oprimidos mas não no sentido de oferecer esquemas de ação ou uma organização para transformações sociais. Neste nível as CEBs devem recorrer a outros instrumentos.

Não é que não se desenvolvam ações concretas. Mas muitas vezes ficam no nível individual, com uma perspectiva paternalista. Por razão do tal de "respeito ao povo" prevalecem as pequenas ações, importantes mas limitadas se não abrem para uma perspectiva mais global. Pela influência do agente ou pelos recursos da comunidade muito trabalho social se limita a "pequenas soluções" que pretendem substituir o governo e atendem por isso, só a um pequeno grupo, afastando de uma solidariedade de classe e de uma ação de reivindicação. **Uma ação mais global se dá, voltamos a repetir, quando as CEBs enfrentam os problemas fundamentais do povo numa linha de solidariedade de classe.** Há CEBs comprometidas com um trabalho no qual se consideram os interesses concretos do povo, apoiando-se na força do trabalho e favorecendo uma organização própria do povo. Tal dimensão mais política das CEBs, se de alguma forma está presente sempre onde se dá uma renovação que favorece a participação do povo, em particular aparece em certos lugares numa proporção bastante avançada e chega a colocar outros questionamentos.

3.3. A dimensão política

Hoje no Brasil a presença das CEBs começa a ter um peso político, se é verdade o que afirmava o artigo do *Jornal do Brasil*: estão mudando as bases tradicionais dos partidos. Tal conteúdo político sempre existiu pois não há discurso religioso ou eclesial - enquanto discurso histórico - que seja neutro e não tenha uma incidência política. A novidade que preocupa certos setores consiste na mudança deste conteúdo político. Uma igreja mais hierárquica e autoritária é levada mais facilmente a apoiar a autoridade civil e como se constatou na história, torna-se sustentáculo do poder reinante. Na medida em que as CEBs, mesmo ficando numa problemática interna, realizarem uma igreja mais popular e democrática, que questione o poder hierárquico, poderão quebrar tal solidariedade entre igreja e estado e tornar-se-ão elementos de oposição na sociedade. É o primeiro aspecto da problemática política.

Há um trabalho político mais direto. Todos concordam em reconhecer que as CEBs não são nem devem ser um partido político. Mas na medida em que se afirmar a necessidade de um serviço concreto em favor dos oprimidos numa dimensão mais ampla, é claro que se deve considerar também os níveis do poder e da organização que são políticos.

Aqui surgem várias dificuldades e tensões concretas na pastoral das CEBs. Até que ponto se guarda fidelidade à missão própria da igreja? Como evitar o perigo de uma nova cristandade? Como fugir de um compromisso de fé que consiste só em palavras? Essas e outras perguntas preocupam vários setores de igreja e não de igreja.

Devemos, em primeiro lugar, reafirmar o que foi dito anteriormente quanto à necessidade de as CEBs abrirem-se para uma problemática mais social e global. Isso em força mesmo de seu compromisso pela justiça que é evangélico e exigido pela fé.

Em segundo lugar, a CEB não deve perder sua referência eclesial que é a razão de sua especificidade. A comunidade convoca em nome do evangelho que é ao mesmo tempo compromisso pela justiça no serviço aos irmãos e fé em Jesus Cristo, centro e plenitude da história. A comunidade luta pela libertação entendida num sentido histórico bem concreto, sem esquecer de celebrar, numa antecipação simbólica, o sentido revelado de libertação que transcende o horizonte histórico.

Como conciliar essas duas exigências? Parece-nos que, de um lado, as CEBs devem **abrir-se sempre mais à problemática propriamente política** enquanto CEBs. Isto é, devem procurar pensar a ação em termos sempre mais político, através de uma informação e conscientização que descubra as causas profundas da opressão e considere o aspecto do poder nos vários níveis; através de denúncias concretas que comprometam a igreja; através de programações que ajudem o relacionamento entre as várias comunidades; através de movimentos, campanhas, manifestações, passeatas, atos públicos, greves, etc. no outro lado, para evitar o perigo de uma cristandade moderna, isto é, de organizações sócio-políticas só formadas de cristãos enquanto cristãos, as CEBs serão um serviço válido na medida em que, longe de organizarem frentes próprias, **favorecerem organizações autônomas do povo trabalhador e propiciarem instrumentos a tais organizações**. Há sempre o receio de perder a freguesia. Mas muitas vezes a preocupação da freguesia impede a fidelidade à própria missão que é de serviço ao mundo. Aqui se justifica a abertura das CEBs para que favoreçam instrumentos que não são propriamente eclesiais, mas que são indispensáveis para o povo conquistar sua libertação. Associações de bairro, sindicatos, comitês de fábrica, partidos... : a conjuntura concreta deve indicar as várias formas em cada momento.

4. CONCLUSÕES

As observações críticas e o questionamento apresentado não querem invalidar o trabalho nem diminuir as esperanças que as CEBs suscitam. Pretendem ajudar para que se abra sempre mais um espaço para uma igreja na base, lembrando que base significa a maioria dos nossos irmãos que foram privados do poder econômico, político, religioso e que sustentam o peso do trabalho para uma sociedade melhor.

Vimos que as CEBs não se apresentam com uma linha clara e unívoca. Há várias tendências, conteúdos diferentes, vários tipos de pastoral. Isso torna impossível mascarar a renovação pastoral da igreja atrás do nome "Comunidade Eclesial de Base", mas exige um contínuo questionamento e uma avaliação constante segundo determinados critérios. Apontamos no artigo os que nos parecem os fundamentais.

O esforço de democratização da igreja, dando maior espaço às suas bases, não somente determina uma renovação interna, mas também tem reflexos muito importantes para a sociedade toda. O critério fundamental deve ser a opção pelo povo - na linha da escolha preferencial do evangelho pelos pobres - considerado na sua situação concreta e no processo de libertação. Daí a importância de as CEBs abrirem-se para temas concretos: salário, custo de vida, saúde, educação, sindicato, política... Daí também a necessidade

de reconhecer a consciência crítica do povo e de favorecer ações de reivindicação que façam crescer a solidariedade de classe. Sem reduzir a missão da igreja, ocultando sua dimensão de fé.